

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
ANDRÉ ELALI
Coordenadores

PRINCIPAIS ASPECTOS DA LEI 11.196/05, A “MP DO BEM”

Editora MP

336.2.027.8(81)
P957a



P952

Principais aspectos da Lei 11.196/05, a "MP do Bem" / Ives Gandra da Silva Martins, Marcelo Magalhães Peixoto, André Elali, coordenadores ; Alessandra Barreto Borges... [et al.]. - Rio de Janeiro : MP Ed., 2006

Anexo : Lei 11.196/05

ISBN 85-98848-28-X

1. Brasil. [Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005]. 2. Inventivos fiscais - Legislação - Brasil.

3. Impostos - Deduções - Legislação - Brasil.

4. Direito tributário - Brasil. I. Martins, Ives Gandra da Silva, 1935-. II. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971- III. Elali, André de Souza Dantas.

06-0694.

CDU 34:336.225.66(81)(094.5)

336.2.027.8(81)
P957a



SUMÁRIO

PREFÁCIO <i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	8
APRESENTAÇÃO <i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	9
IMPOSTO DE RENDA: TRIBUTAÇÃO DO GANHO DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS POR PESSOAS FÍSICAS (ARTS/38 A 40 DA LEI N° 11.196, DE 21.11.2005) <i>Allan Moraes</i>	13
MULTAS CAMBIAIS EM OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO E O ART. 126 DA LEI N° 11.196/05 <i>Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo</i>	23
1. Breve histórico	23
2. Considerações sobre as normas aplicáveis aos fatos jurídicos descritos	26
3. Conclusões	32
COMENTÁRIOS ACERCA DOS INCENTIVOS FISCAIS NAS MICRORREGIÕES EM FACE DA LEI N° 11.196/2005 <i>André Elali e Evandro Zaranza</i>	33
1. Introdução	33
2. Ponderações sobre os novos dispositivos aplicáveis às microrregiões	33
2.1. Ampliação dos benefícios fiscais às microrregiões situadas nas áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM: análise das alterações promovidas pelos arts. 31 e 32 da Lei n° 11.196/05	33
2.2. Considerações acerca das extintas SUDENE e SUDAM	35
2.3. Possibilidade de utilização do regime especial pelas empresas localizadas na ZFM nas operações que envolvam PIS/PASEP e Cofins-Importação: análise do art. 50 da Lei n° 11.196/05	37
2.4. Hipótese de aproveitamento de crédito tributário recolhido em regime de substituições tributárias por contribuinte situado na ZFM nas operações envolvendo álcool carburante: análise dos arts. 64 e 65 da Lei n° 11.196/05	38

336.2.027.8(81)
P957a



2.5. Hipótese de manutenção de benefícios fiscais relativos a tributos incidentes na importação de bens por contribuinte situado na ZFM em caso de reexportação: análise do art. 127 da Lei nº 11.196/05	39
--	----

AS CONSEQÜÊNCIAS DA REVOGAÇÃO DO ART. 36 DA LEI Nº 10.637/02 PELA LEI Nº 11.196/05	41
<i>André Luiz Gomes, Eliana Karsten Anceles e Sérgio Luiz B. Presta</i>	
1. Princípio da anterioridade	43
2. Princípio da irretroatividade	47

AS ALTERAÇÕES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL: A LEI Nº 11.196/05	51
<i>Camila Gomes de Mattos Campos Vergueiro</i>	
1. Introdução	51
2. Dispositivos do Decreto nº 70.235/72 alterados pela Lei nº 11.196/05	51
2.1. As alterações no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 70.235/72	51
2.2. A alteração no § 1º do art. 9º do Decreto nº 70.235/72	57
2.3. A alteração no art. 16, V, do Decreto nº 70.235/72	58
2.4. As alterações no art. 23 do Decreto nº 70.235/72	60
2.5. O art. 26-A acrescentado ao Decreto nº 70.235/72	62

ANÁLISE ESTRUTURAL E TELEOLÓGICA DO ENUNCIADO DO ART. 129 DA LEI Nº 11.196/05	65
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
1. Introdução	65
2. Os questionamentos das autoridades fiscais	67
3. A pessoa jurídica como contribuinte do Imposto de Renda antes do advento da Lei nº 11.196/05	68
3.1. Pessoa jurídica: firma e sociedade	69
3.2. Empresa individual	75
3.3. Sociedades civis de profissão regulamentada	82
4. Sentido e alcance da regra do art. 129 da Lei nº 11.196/05	85
4.1. Serviço intelectual de natureza científica, artística e cultural	88
5. Desconsideração da personalidade jurídica	91
6. Efeitos da norma no campo tributário penal	93
7. Efeitos no campo processual civil e processual penal	94

336.2.027.8(81)
P957a



MP DO BEM E INCENTIVOS FISCAIS PARA AS MICRORREGIÕES DAS EXTINTAS SUDAM E SUDENE	95
<i>Gilberto de Castro Moreira Júnior</i>	
1. Introdução	95
2. Incentivos fiscais do art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/01	98
2.1 Da redução fixa do Imposto de Renda	99
2.2. Da redução escalonada do Imposto de Renda	100
3. Do reinvestimento (art. 3º da Medida Provisória nº 2.199-14/01)	100
4. Da obtenção dos incentivos junto à Receita Federal, ADA e ADENE	101
5. Outros incentivos fiscais (adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e IOF)	102
6. Conclusões	102
A MP DO BEM E AS SOCIEDADES DE SERVIÇOS	105
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
MP DO BEM E OS PRINCÍPIOS DA ESPECIALIDADE DOS INCENTIVOS FISCAIS E DO JUIZ NATURAL	109
<i>Kiyoshi Harada</i>	
1. Introdução	109
2. Aspectos positivos	109
3. Aspectos negativos	111
3.1. O princípio da especialidade dos incentivos fiscais	111
3.2. Princípio do juiz natural	114
O SIMPLES NA LEI Nº 11.196/05	117
<i>Lais Vieira Cardoso</i>	
1. Resumo	117
2. O SIMPLES e princípios constitucionais	118
2.1. Princípio constitucional do tratamento favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte	118
2.2. Os princípios da isonomia, da equidade e da capacidade contributiva	120
3. Fundamentos legais do SIMPLES	123
3.1. O SIMPLES na Lei nº 9.841/99	123
3.2. O SIMPLES na Lei nº 9.317/96	124
4. Correção da tabela versus aumento de alíquotas	125
5. Desenquadramento do SIMPLES e a aplicabilidade da norma da MP do Bem: exclusão após o pagamento?	131

336.2.027.8(81)
P957a



5.1. Do aumento no limite de enquadramento	133
5.2. Dos novos momentos de desenquadramento	133
5.3. Reinclusão após o pagamento	134
6. Retroatividade da norma de desenquadramento	134
7. Conclusões	136
8. Referências	138

A LEI DA MP DO BEM E OUTRAS GARANTIAS DO CONTRIBUINTE	139
<i>Levy Pinto de Castro Filho</i>	

A CONSTRUÇÃO NAVAL E SUA MUTAÇÃO JURÍDICA PARA ATIVIDADE EXPORTADORA: A LEI DO REB E A MP DO BEM	145
<i>Marcus Vinícius Buschmann</i>	
1. Introdução	145
2. Alcance de uma norma e a criação da ficção jurídica	145
3. O § 9º do art. 11 da Lei nº 9.432/97: construção, conservação, modernização e reparo de embarcações inscritas no REB	147
4. Interpretação e alcance do § 9º do art. 11 da Lei nº 9.432/97: a mutação da atividade para exportação	148
5. Fundamentação constitucional e isenções constitucionais	150
6. A construção naval como atividade exportadora e os benefícios constitucionalmente garantidos	152
7. Ampliação do tema com a Lei nº 11.196/2005 – "MP do Bem"	153
8. Conclusão	154

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO ART. 129 DA LEI Nº 11.196/05	
<i>Pedro Anan Jr., Juliana Grandino Latorre e Thais Abreu de Azevedo Silva</i>	
1. Introdução	155
2. Ausência de fundamentação legal para as autuações fiscais	157
3. Art. 129: norma interpretativa	162
4. Conclusão	165

AS "BONDADES" DA LEI Nº 11.196/05 E A NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS E DA COFINS	167
<i>Alessandro Barreto Borges, Sérgio Gonini Benício e Benedicto Celso Benicio Júnior</i>	
1. Introdução	167

**336.2.027.8(81)
P957a**



2. Objetivo	168
3. Alterações do RIS e da COFINS incidentes na importação e sobre o faturamento	168
3.1. Securitização de créditos agrícolas	169
3.2. Segmento de autopeças	170
3.3. Créditos sobre bens do ativo fixo	172
3.4. Atividade imobiliária	174
3.5. Alteração na base de cálculo do PIS - Importação e da COFINS - Importação	175
3.6. Conceito de empresa preponderantemente exportadora para fins fiscais	176
3.7. Depreciação acelerada para bens de capital	177
3.8. Industrialização por encomenda	177
3.9. Contratos de longo prazo ou firmados com entes do Poder Público firmados até 31.10.2003	178
3.10. Indústria do papel	179
3.11. Zona Franca de Manaus	180
3.12. Setor de laticínios	182
4. Conclusão	184

LEI N° 11.196/05 E OS INCENTIVOS À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA <i>Sérgio Luiz B. Presta</i>	185
---	-----

AS ALTERAÇÕES NO PROCEDIMENTO DE COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS PERPETRADAS PELA LEI N°, 11.196/05 <i>Luiz Gustavo A. S. Bichara</i>	189
1. Introdução	
2. A questão da compensação decorrente de decisão judicial não transitada em julgado	190
3. Brevíssima análise dos precedentes que geraram a Súmula n° 212 do E. STJ: do real alcance do enunciado ali contido	191
4. A inconstitucionalidade da vedação à compensação de tributos, quando ainda não transitada em julgado a decisão que assim autorize	193
5. Da regra contida no art. 170-A do CTN e sua flexibilização: entendimento jurisprudencial	196
6. Conclusão	198

336.2.027.8(81)
P957a



IRPJ E CSLL: A LEI N° 11.196/05 E AS MODIFICAÇÕES NAS REGRAS SOBRE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	201
<i>Edmar Oliveira Andrade Filho</i>	
1. O art. 36 da Lei n° 11,196/05	201
2. A Portaria MF n° 436/05	202
3. A Instrução Normativa n° 602/05	203
ANEXO: LEI N° 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005	205

336.2.027.8(81)
P957a

